

NDT DA RIA DE ALVOR CONTESTADO

Por iniciativa do Município de Portimão, esteve em consulta pública uma proposta da empresa Butwell, do empresário Aprígio Santos e proprietária da Quinta da Rocha (Alvor), para a concretização de um Núcleo de Desenvolvimento Turístico (NDT), nos mesmos terrenos que, há alguns anos atrás, foram alvo de operações agrícolas que mobilizaram os solos e removeram o coberto vegetal, resultando na destruição de habitats (sapais) e de núcleos de espécies protegidos por legislação nacional e comunitária (Directiva Habitats, Rede Natura 2000). Por esse motivo, e graças a uma acção apresentada conjuntamente por diversas ONGAs (entre elas a Almargem), a empresa foi condenada pelo Tribunal Administrativo do Sul a abster-se de novas mobilizações de terrenos e remoção de vegetação, e à reposição das espécies e habitats destruídos. Os planos por detrás do presente NDT não são mais do que uma nova manobra da empresa para fazer valer os seus interesses e avançar, por outra via e com a convicção da autarquia portimonense, com um empreendimento turístico que porá em causa os mesmos valores cuja destruição foi já condenada em tribunal. Ao contrário do que tem sido dito na imprensa, a totalidade da Quinta da Rocha encontra-se inserida no NDT, incluindo os terrenos que se encontram reservados por ordem do tribunal. Embora não esteja prevista edificação de casas ou hotéis em todos esses terrenos, a urbanização que a Butwell pretende construir irá efectivamente afectar alguns deles e, nos restantes, é de esperar um impacto negativo muito considerável. Por esse motivo, as ONGAs que constituem o Grupo de Acompanhamento da Ria de Alvor (A Rocha, Almargem, GEOTA, LPN, Quercus e SPEA) participaram na consulta pública do NDT, no sentido de garantir a observação completa dos constrangimentos que decorrem da lei, nomeadamente:

- > A condenação do Tribunal Administrativo - a execução da proposta apresentada no NDT não é compatível com o cumprimento desta sentença, sendo que a execução de qualquer projecto nesta propriedade deverá respeitar cabalmente todas as condicionantes impostas pelo Tribunal.
- > Constrangimentos da protecção da Faixa Costeira - uma grande parte da Quinta da Rocha (quase a totalidade) encontra-se a menos de 500 metros da linha de máxima preia-mar pelo que a execução de quase todos os componentes da proposta apresentada no NDT é legalmente inadmissível.
- > Constrangimentos da protecção da Rede Natura 2000 - a proposta apresenta a sua própria cartografia, ignorando a cartografia oficial do ICNF, e prevê construções em áreas onde está demonstrada a ocorrência de espécies protegidas, o que é claramente inaceitável.

ASSEMBLEIA GERAL

Realizou-se em 27 de Janeiro uma sessão extraordinária da Assembleia Geral da Almargem. Entre muitos outros assuntos tratados e debatidos, foi apresentado o Plano de Actividades para 2015 e eleitos dois novos membros suplentes da Direcção, Manuel Vieira e Gil Matos. Posteriormente, numa reunião da Direcção, ficou decidido que o José Luís Raposo Victoriano assumiria o cargo de presidente, que, na sua qualidade de vice-presidente, já exercia interinamente há alguns meses, devido ao afastamento por doença do João Cláudio Inez. Para o cargo vacante de vice-presidente foi então designado o membro suplente Gil Matos. Os restantes membros da Direcção (Ana Costa, João Santos, Nicola Nascimento) mantêm-se em funções.

PERCURSOS PARA TODOS OS GOSTOS

Felizmente cada vez com maior frequência, os percursos que propomos com o objectivo de divulgar o património da nossa região, sejam eles mais de carácter cultural ou caminhadas na natureza, têm sido propostos, concebidos e orientados por sócios fora do "núcleo duro" da Direcção e colaboradores mais próximos. Foi o que sucedeu em Janeiro. Em Bensafirim, numa caminhada longa, guiada pelo Jorge Duarte, falou-se muito de geologia e da paisagem que nos envolvia. Em Olhão, o Fernando Grade e o Arq. Filipe Monteiro levaram os participantes a conhecer o centro histórico da Cidade Cubista e as ameaças que actualmente enfrenta. Já em Fevereiro, no sábado e na 3ª feira de Carnaval, rumámos, respectivamente, até Paderne e ao Cabo de S. Vicente, para duas belas caminhadas, a primeira mais calma, a segunda fustigada por ventos fortíssimos, mas que permitiram conhecer estes dois admiráveis recantos do Barrocal e da Costa Vicentina.

MADRESSILVA

Acaba de sair o nº 17 da nossa revista Madressilva. O destaque desta edição vai para a alfarroba, a crise do ébola, o aloé-vera e os morcegos no Algarve. Caso queiram obter uma cópia em papel (preço: 6€), basta comparecer na nossa Sede ou contactar-nos por telefone ou email para enviarmos pelo correio.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No dia 2 de Fevereiro comemorou-se o Dia Mundial das Zonas Húmidas e a Almargem, em parceria com o ICNF e a Direcção de Serviços de Conservação da Natureza e Sensibilização Ambiental do Governo dos Açores, voltou a traduzir os materiais oficiais cedidos pela Convenção de Ramsar. O tema este ano é “Zonas Húmidas Para o Nosso Futuro” e os materiais estão disponíveis para download no portal da Almargem (www.almargem.org). A propósito desta efeméride, o Centro Ambiental (de Loulé e da Pena) dinamizou três saídas de campo no Parque Natural da Ria Formosa – um dos 4 Sítios Ramsar no Algarve – com as turmas do 1º Ciclo da Escola EB Sebastião Teixeira (Salir).

CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Centro Ambiental, fruto de uma parceria activa entre a Câmara Municipal de Loulé e a Associação Almargem, submeteu uma proposta para apresentar o seu trabalho e experiência no III Congresso Internacional de Educação Ambiental que terá lugar em Julho, na Murtosa. Soubemos recentemente que a nossa proposta tinha sido aceite e teremos então uma comunicação oral inserida no Eixo Temático 2 – Educação Ambiental e Alterações Climáticas e um poster no Eixo Temático 3 – Educação Ambiental, Interpretação e Conservação.

JUNTOS POR UM MAR SEM LIXO

O projeto Marlisco desenvolveu um questionário a nível internacional para aferir sobre os conhecimentos e comportamentos diários dos cidadãos. O questionário “Reduzir, Reutilizar e Reciclar: as suas opiniões e comportamentos diários” está disponível em português e o preenchimento demora cerca de 10 minutos, sendo as suas conclusões de extrema importância para definir as linhas de acção futuras acerca do problema do lixo marinho. O questionário pode ser preenchido até 2 de Março através do link <http://is.gd/ReduceReuseRecycle>.

LINCES À SOLTA

Nos primeiros dias de Fevereiro, Jacarandá e Katmandu, o casal de lince que em Dezembro tinha sido largado num cercado de uma reserva de caça turística no PN do Vale do Guadiana, foi finalmente colocado em liberdade. Para além de outros lince que, por sua iniciativa, têm atingido o nosso território provenientes dos núcleos existentes na Andaluzia, estes são os primeiros animais a percorrer o sul do país após a extinção da espécie em finais do séc. XX. Público insuficientemente sensibilizado, excesso de coutadas e de caçadores que não gostam de ver predadores à solta, estradas movimentadas sem qualquer protecção, falta de alimentação devido à rarefacção do coelho-bravo, são algumas das inúmeras dificuldades que estes animais agora enfrentam, fruto da incapacidade das entidades responsáveis para preparar devidamente este momento tão importante para a conservação da natureza em Portugal.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE PROCESSADO POR CHUMBO DE CAMPO DE GOLFE

É uma história antiga mas que continua a dar que falar. Em 2005, a empresa Springville Holdings Limited, uma empresa britânica com sede em Gibraltar, apresenta um estudo de impacto ambiental que pretendia justificar a construção de um campo de golfe (Formosa Golf) no Ludo, em pleno PN da Ria Formosa. Na sequência do processo, o então secretário de estado do ambiente, Humberto Rosa, emite uma declaração de impacte ambiental desfavorável, indo ao encontro dos argumentos apresentados pela Almargem e outras associações de defesa do ambiente e contra os pareceres emitidos por outras entidades como a Câmara Municipal de Loulé. Em 2006, a Springville processa judicialmente o Ministério do Ambiente pelo chumbo deste projecto, pedindo a anulação da declaração de impacte ambiental e exigindo mesmo uma indemnização superior a 9 milhões de euros. A Almargem e as outras ONGAs que se tinham oposto ao projecto (GEOTA, Quercus, LPN e SPEA) são envolvidas no processo como “contra-interessadas”. Só em 2013 foi decidido julgar improcedente o pedido da Springville que recorre então para o Tribunal Central Administrativo do Sul. Em finais de 2014, este tribunal nega provimento ao recurso em causa. A ver vamos se se trata do encerramento da história. Já não seria a primeira vez que um projecto como este, surge de novo, muitos anos depois de ter sido recusado, com outros contornos e pintalagado de verde para tentar convencer os novos burocratas do ambiente instalados na administração central e regional.



Boletim Informativo da Almargem nº 97 – Fevereiro de 2015

✓Rua S. Domingos, 56 – 8100-536 Loulé – Portugal ✓Tel.: 289412959 ✓Fax: 289414104

almargem@mail.telepac.pt www.almargem.org